

Sarney

QUINTA-FEIRA — 1 DE MAIO DE 1986

ESTADO DE SÃO PAULO

# Presidente desmente

## “pressões internas”

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney disse ontem que não são “as pressões internas”, mas sim o emperramento da máquina judiciária, a falta de recursos humanos no próprio governo e a ausência de uma política agrícola que retardaram os planos regionais de reforma agrária. A afirmação foi uma resposta aos seis bispos da Regional Centro-Oeste da CNBB, que reclamaram da demora dos assentamentos dos sem-terra e acusaram o governo de ser conivente com o latifúndio, “não quero repetir as tentativas de reforma agrária fracassadas em alguns países da América Latina”, disse Sarney, segundo relato do bispo d. Tomás Balduíno, de Goiás.

O presidente, segundo o bispo, teria usado a expressão “tenho uma pilha de metro e meio de papel” para justificar o lançamento gradativo dos planos regionais. “Não sou um

simples assinador de papéis. Quero examiná-los, um a um” comentou, observando que, se cometer erros, os desapropriados no futuro nunca irão esquecer: “Dirão que a culpa foi de Sarney”.

Sarney garantiu a irreversibilidade da reforma. “Não aceito pressão”, disse, e assegurou atenção especial às áreas de tensão. Em Bacabal, no Maranhão, de acordo com os bispos, os fazendeiros recorreram ao grupo denominado “Solução”, fornecendo-lhe armas para combater posseiros. Para casos como esse Sarney prometeu recorrer ao Conselho de Segurança Nacional.

Anteontem, d. Tomás Balduíno e mais cinco bispos deixaram o Palácio do Planalto acusando o governo de fechar as portas aos pobres e oprimidos, frustrados por não terem sido recebidos por Sarney. A audiência, no entanto, foi conseguida depois da interferência do presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, em telefonema ao presidente.

## Produtor rural pede critérios adequados

A aplicação do Plano Regional de Reforma Agrária em São Paulo só será viável se o Incra estabelecer critérios adequados que resguardem as atividades produtivas na agricultura, que promovam o uso temporário de terras e que seja estabelecida a prioridade de ocupação em terras públicas. A afirmação foi feita ontem, no Palácio dos Bandeirantes, pelo presidente da So-

ciedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, ao se reunir com o governador Montoro e com os secretários Gilberto Dupas, da Agricultura, e Miguel Kozma, de Assuntos Fundiários. A reunião, segundo Miguel Kozma, teve como objetivo discutir o plano regional, diante da polêmica que surgiu junto aos proprietários rurais paulistas.

# Sarney assina amanhã os planos da reforma

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney assinará amanhã os primeiros planos regionais de reforma agrária, sem solenidade, limitando-se a anunciar-lhos no programa “Conversa ao pé do rádio”, transmitido semanalmente às 6 horas por uma rede de emissoras. Será assinado também um decreto que reestrutura o Incra, segundo informou o diretor do Instituto, Carlos Lorena.

Ontem, em discurso dedicado ao Dia do Trabalho, durante solenidade no Palácio do Planalto, Sarney reiterou que nenhuma pressão vai modificar o propósito do governo de realizar a reforma, “que será séria, de amplas consequências positivas”. Insistiu que as terras produtivas serão preservadas: “Não vamos punir quem produz. Não nos interessa a popularidade fácil e enganosa adquirida às castas de demagogia”. Acrescentou que essa cautela é essencial para que não sejam dados “passos em falso nem irresponsáveis”. O go-

verno espera que a reforma beneficie em quatro anos 1,5 milhão de famílias pobres.

Ao anunciar que Sarney assinará amanhã alguns planos regionais da reforma agrária, o coordenador de comunicação social do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Ailé Selassie, não revelou quais Estados serão atingidos. E disse que só falaria sobre o assunto depois de o presidente assinar os planos. No Incra, porém, foi confirmada a assinatura dos planos regionais do Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pará, Paraná e Espírito Santo. A lista inicial incluiria também São Paulo, Bahia e Pernambuco, mas Sarney teria decidido deixar os planos desses Estados para mais tarde porque envolvem problemas maiores.

### DEMISÃO

O diretor de cadastro e tributação do Incra, Carlos Lorena, que está demissionário e aguarda só a assinatura dos primeiros planos regionais para deixar o Instituto, disse ontem que “o Planalto reduziu a pó o tra-

lho realizado em cima dos planos regionais de reforma agrária”. Junto com ele deverão sair do Instituto o procurador-geral, o chefe de gabinete da presidência e outros quatro diretores.

Lorena criticou a decisão do Planalto de tornar toda a extensão do País área prioritária para efeito de reforma agrária. Para ele, isso significa que nada é prioritário. Lorena argumentou que, com a definição de áreas prioritárias, a distribuição de metas e recursos obriga-se a ser feita nos locais onde há maiores problemas. Sem essa distribuição prévia, acrescentou, o Incra ficará sujeito a pressões políticas, que poderão desviar a reforma para regiões onde não seja necessária.

### DENÚNCIA

Depois de entregar ontem à Mesa da Câmara a quarta “reclamação”, o deputado Sebastião Curió (PDS-PA) foi informado pelo presidente da sessão, Humberto Souto (PFL-MG), de que “possivelmente na próxima reunião”, quarta-feira, será

examindada a sua denúncia contra o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nélson Ribeiro. Trata-se da denúncia de “malversação de dinheiro público” praticada por Ribeiro quando era presidente do Banco do Estado do Pará. “Peço à Mesa — disse Curió — que coloque o ministro no banco dos réus ou então que eu seja processado ou tenha o mandato cassado por crime de calúnia”.

### DOSSIÉ

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Conselho Indigenista Missionário divulgaram ontem um dossiê afirmando que, de 1964 a 85, foram assassinadas no campo 1.123 pessoas, entre agricultores, agentes de pastoral e advogados em todos o País. O documento tem 217 páginas, distribui os crimes por Estado, indica onde aconteceram seus mandantes e executores, e também faz um histórico de cada conflito. A pesquisa de dois anos foi feita pelas jornalistas Maria Cristina Vianucchi Leme e Wania Mara de Araújo Pietrafesa.